

O VAQUEANO CAPISTRANO DE ABREU E O SERTANEJO

VARNHAGEN

THE COWBOY CAPISTRANO DE ABREU AND THE BACKLANDS MAN

VARNHAGEN

ANDRÉ RICARDO HERÁCLIO DO RÊGO¹

Resumo

O artigo trata de faceta menos conhecida de Francisco Adolfo de Varnhagen, a de viajante dos sertões, de sertanejo, e a coloca em perspectiva com a trajetória de outro grande historiador, Capistrano de Abreu, este sim conhecido pelas suas incursões, mesmo que historiográficas, pelos sertões.

Palavras-Chave: Sertões; Francisco Adolfo de Varnhagen; Capistrano de Abreu; Incursões.

Abstract

The article addresses a lesser-known facet of Francisco Adolfo de Varnhagen: that of a traveler through the backlands, a man of the backlands, and places it in perspective alongside the trajectory of another great historian, Capistrano de Abreu, who is indeed known for his incursions — even if historiographical — into the backlands.

Keywords: Backlands; Francisco Adolfo de Varnhagen; Capistrano de Abreu; Incursions.

¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E-mail: heracliodorego@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-9941-9770>.

I - Introdução

Na historiografia, o lugar atribuído tradicionalmente a Capistrano de Abreu é o de responsável, ao lado de Euclides da Cunha, pela entrada triunfal do sertão no pensamento social brasileiro. Seria ele o “intelectual símbolo” de uma nacionalidade ao mesmo tempo culta, civilizada e próxima ao sertão não civilizado”².

Capistrano incorporou na sua interpretação do Brasil, relativa à formação da nacionalidade brasileira, inclusive as fontes da cultura popular identificadas com esse espaço sertanejo, valorizando dessa forma a influência indígena.

O sertão, ou melhor dizendo uma determinada parte dos sertões, a que grosso modo compreende a parte norte da bacia do rio São Francisco e se espalha pelo Piauí e Maranhão, será a sua obsessão historiográfica, como admitiu em carta de 14/9/1916 a João Lúcio de Azevedo: “não há questão mais importante que a ruptura da grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia...”³. Nessa mesma carta, ele confessa que “só por meio linguístico poderá ser resolvida a questão para mim capital de afirmar a clivagem entre os povoadores de origem baiana e os de origem pernambucana no São Francisco, na Borborema, nos Cariris e no Parnaíba”.

Nas palavras de José Honório Rodrigues,

de 1915 a 1918 [...] a história sertaneja, um assunto que sempre ocupou seu espírito, domina e vence qualquer outro projeto [...] A história sertaneja seria um livro de 400 páginas, mais ou menos, contendo textos dos séculos XVI e XVII, que pudessem decifrar a questão mais importante da história do Brasil colonial: a conquista e o povoamento da região entre o São Francisco e o Parnaíba [cartas a J.L. de Azevedo, de 8 de março de 1918 e de 16 de setembro de 1918]⁴.

Se não cumpriu a promessa de dedicar um livro exclusivo ao tema, Capistrano pelo menos dedicou ao sertão o capítulo mais alentado e essencial de sua obra clássica, *Capítulos de História Colonial*, intitulada, *et pour cause*, “O sertão”. Nele, o cearense descreve e explica o povoamento do que seria o Brasil, a partir de quatro pontos: São Vicente, Salvador,

² GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº59, p.15-36, 2010, p. 21.

³ ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p. 16.

⁴ RODRIGUES, José Honório. Explicação. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulo de história colonial, 1500-1800*. 7ª ed.; ver., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 11-41, p. 27.

Pernambuco (Olinda) e Rio de Janeiro, os responsáveis pela formação territorial e populacional brasileira. “O estudo da nossa história colonial apurava-se do conhecimento da expansão e influência desses quatro centros principais”⁵.

Para Alice Canabrava, além de ser o mais alentado, este capítulo é o melhor da obra, por contemplar “os elementos que caracterizam a nova mensagem no estudo da História”: sensibilidade com os fenômenos sociais e preocupação em reconstruir aspectos da vida quotidiana, entre outros⁶.

Com efeito, naquele fim do século XIX, “pouco se sabia da obra bandeirante, da conquista do sertão, dos caminhos de ligação, terrestres ou fluviais, do gado e da gente do sertão”⁷. Por esse sertão, ou por essa determinada parte do sertão, que era o local aonde se construiria a unidade territorial, entendia-se, como bem destacou Ilmar Rohloff de Mattos, o espaço onde ocorriam as ações e reações recíprocas entre os “antecedentes indígenas” e os “fatores exóticos”, que possibilitaram a constituição de um “povo civilizado”, de “uma nação moderna e civilizada em território antes povoado e percorrido por broncas tribos nômadas”, como afirma o próprio Capistrano na conclusão de *O descobrimento do Brasil*⁸.

Essa questão está no cerne do próprio processo de Independência e da constituição do Brasil como nação autônoma:

os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influiriam consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII...⁹.

Capistrano de Abreu trouxe assim aos estudos sobre o povoamento e os caminhos antigos, ou seja, aos estudos sobre o sertão, uma contribuição inestimável. Com efeito, sua obra foi considerada não somente inovadora e original, mas como a que pela primeira vez teria destacado o papel do sertão na História do Brasil. E essa contribuição contrastava com aquela dos historiadores do Império, como Joaquim Manuel de Macedo, mais conhecido

⁵ ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial, 1500-1800. 7ª ed.; ver., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

⁶ CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. Revista de História, v. 43, n. 88, p. 417-424, 1971, p. 421.

⁷ ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial.

⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de, Capítulos de Capistrano. Roteiros & Descobrimientos; ABREU, João Capistrano de. O Descobrimento do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976, p. 41.

⁹ ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 191.

como romancista, que em seu compêndio pedagógico adotado no colégio Pedro II não teria colocado nenhuma palavra sobre o tema, mas sobretudo como Francisco Adolfo de Varnhagen, o “principal culpado por essa omissão” que, em sua obra máxima, a *História Geral do Brasil*, havia incluído apenas um capítulo “pífio” sobre o sertão, sobre “o grande assunto, o maior de todos da história colonial”, a respeito das minas de ouro e de diamante¹⁰.

O cearense era conhecido pela sua capacidade de síntese e pelo seu gênio, nos dois sentidos da palavra, mas também pelas suas inimizades, que o levaravam a praticar injustiças contra outros historiadores, até mesmo os amigos. Terá sido esse o caso da sua avaliação sobre Varnhagen?

Em carta ao barão do Rio Branco, de 17 de abril de 1890, ele expressa o desejo de “dizer algumas cousas novas” e de

quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino. As bandeiras, as minas as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas¹¹.

Em linguagem mais à vontade, mais espontânea do que a utilizada nas publicações impressas, Capistrano fez desse modo sua crítica mais veemente a Varnhagen. Mas, mesmo nas obras publicadas, como nos dois necrológicos que escreveu sobre o visconde de Porto Seguro os quais lhe abriram as portas nos meios historiográficos, o cearense também o critica, mas de modo mais nuançado: se o paulista foi quem mais fez para tornar conhecido o século XVI brasileiro, já no século XVII limitou-se a alguns descobrimentos, que não tiveram grande importância. Entre os que tiveram importância o estudo mais completo é o da guerra holandesa. Aqui as diferenças entre um e outro historiador se acentuam: se para Varnhagen este era um dos momentos fundacionais da História brasileira, para Capistrano a invasão flamenga constituiria mero episódio da ocupação da costa, deixada na sombra “a todos os respeito” pelo povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante do que o tênue fio litorâneo¹².

Sobre o século XVIII, continua o cearense, Varnhagen havia trabalhado muito, “mas a tarefa era muito mais difícil”: enquanto no século XVI o Brasil estava apenas no litoral, no

¹⁰ ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de história colonial, 1500-1800.

¹¹ ABREU, João Capistrano de. Correspondência de Capistrano de Abreu, volume 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977, p.130.

¹² ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil, p. 141.

máximo dez léguas para o interior, e que no XVII havia começado a internação, ainda que incipiente, em alguns pontos, “no século XVIII o Brasil como que é povoado de um golpe”, sendo o século das minas, de outras guerras espanholas, das demarcações, da expulsão dos jesuítas, etc., “de tantos fatos importantes, quase de todo desconhecidos”. Mas Varnhagen havia sido a primeira pessoa que havia escrito a história desse século, o que equivalia a dizer “que seu trabalho deixa muito a desejar”¹³.

No que se refere ainda ao século XVIII, a principal crítica do cearense ao sorocabano dizia respeito à sua opção de centrar o foco na política interna e externa de Portugal, quando na América portuguesa ocorriam metamorfoses tão aceleradas quanto intensas¹⁴.

Para Capistrano,

a *História Geral* é um dos livros mais ariscos e mais fugidios que conhecemos. Pode-se lê-lo quantas vezes se quiser, confrontá-lo, meditá-lo: há sempre no livro um quê, que escapa, que resiste, que não se acha quando se procura, mas que é preciso procurar para achar. Há ali detalhes sobejos que ao mesmo tempo são deficientes, porque lhes faltam os concomitantes, que, únicos, poderiam mostrá-los à verdadeira luz. [...] Sob as mãos de Varnhagen, a História do Brasil uniformiza-se e esplandece; os relevos arrasam-se, os característicos misturam-se e as cores desbotam. Vê-se uma extensão, mas plana, sempre igual, que lembra as páginas de um livro que o brochador descuidoso repete. E, todavia, mesmo as pessoas que conhecem a história pátria infinitamente menos que Varnhagen, percebem que as épocas se sucedem, mas não se parecem, e muitas vezes não se continuam¹⁵.

Outro reparo, o de que a obra de Varnhagen tinha muito de crônica. Com esta crítica concorda Oliveira Lima que, no seu necrológio do visconde de Porto Seguro, observou que se ele havia sido um ardente investigador, um infatigável ressuscitador de crônicas esquecidas, um ilustrado colecionador de fatos, faltava-lhe o “dom admirável de comunicar vibração às turbas desaparecidas”, como o fazia Michelet, ou “a extrema habilidade de reconstituir com um aglomerado de pormenores um caráter humano”, como Taine¹⁶.

Mas, nem por isso, e mesmo um pouco paradoxalmente, deve-se concluir que tais restrições significariam desapareço pela obra do fundador da historiografia brasileira. “Pela vida afora, o sorocabano seguiria sendo o principal dos interlocutores do cearense”¹⁷. Os dois

¹³ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, João Capistrano de. Ensaio e Estudos. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1975. P. 132-147, p. 135.

¹⁴ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. Introdução ao Brasil 2 – Um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 2001, p. 89.

¹⁵ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro, p. 139 e 140.

¹⁶ LIMA, Manuel de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: RÊGO, André Heráclio do (org.) Oliveira Lima - Obra Seleta – História. Recife: CEPE, 2022, p. 178 a 216, p. 181.

¹⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de, Capítulos de Capistrano.

compartilhavam a preocupação fundamental pelo documento, pela autenticidade das fontes, pela exegese documental¹⁸.

Com efeito, segundo Capistrano, a obra de Varnhagen abundava de páginas que revelavam muita perspicácia: “há ali muito pensamento e muita ideia que esclarece de modo feliz fatos antes percebidos de modo imperfeito”, como, por exemplo, “a determinação das causas que levaram o povo a procurar os sertões” e “a influência da contiguidade das bacias do Tocantins, Parnaíba e São Francisco”¹⁹. Com esta apreciação concorda Oliveira Lima, para quem Varnhagen tinha em si “a melhor das condições para ser um escritor – tinha ideias”²⁰.

Mas voltemos a Capistrano, que antecipa em Varnhagen as suas próprias preocupações historiográficas, o nó da História do Brasil colonial, como ele o denominava, o povoamento do sertão e as questões relativas à bacia do São Francisco.

Ilmar Rohlof de Mattos acerta na mosca quando afirma que é a partir de Varnhagen que foi possível a Capistrano “traçar os caminhos a serem percorridos no imenso sertão”²¹:

há a história das sesmarias, em que ninguém se atreveu ainda a tocar. Há a história das municipalidades, que Lisboa foi o primeiro a entrever. Há a história dos bandeirantes, que jaz esparsa pelos livros e pelos arquivos. Há a história dos jesuítas, em que apenas pouco mais se conhece do que o período narrado por Simão de Vasconcelos, isto é, quase nada. Há a história das minas [...] E se tais monografias parecerem muito completas, não faltam mais fáceis e igualmente importantes. Por que ainda não foi escrita a história da Casa da Torre, que começa com Tomé de Sousa e atravessa por todo o tempo colonial? Por que não se escreveu ainda a história das estradas?²²

Para Ilmar Rohlof de Mattos, é também a partir de Varnhagen que, em larga medida ele percorre o seu “plano de pesquisas”, iniciando-o pelo descobrimento do Brasil, seguindo pelo século XVI, adentrando o XVII, século que mais o seduz, principalmente depois da guerra holandesa. E mais uma crítica à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, em cuja parte dedicada ao século XVII, “tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século”. Mas o trabalho de Capistrano seria complementar ao do paulista: “preencher estas lacunas é, portanto, meu interesse principal”. Não se tratava portanto de obra nova, mas da continuação da obra de Varnhagen, cuja conclusão seria,

¹⁸ CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu, p. 420 e 421.

¹⁹ ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, João Capistrano de. Ensaio e Estudos. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1975 p. 81-9, p. 138 e 139.

²⁰ LIMA, Manuel de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, p. 192.

²¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de, Capítulos de Capistrano.

²² ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro, p. 139 e 140.

“chegado ao século XVIII, desbravar plenamente o Sertão”. Mas tal não era tarefa para o curto prazo. Havia muito que pesquisar e descobrir e somente então, “quando todos estes trabalhos estivessem realizados; muitos outros se lhes tivessem reunidos; e quando um espírito superior insuflasse a vida e o movimento na massa informe”, “Varnhagen desceria do seu pedestal”²³.

Ou seja, apesar das críticas ao estilo e das diferenças de opinião, já que cada um dos historiadores era um homem de seu tempo, não há dúvida de que Capistrano é devedor de Varnhagen, e não foi por outro motivo que se dedicou a fazer a reedição anotada da *História Geral do Brasil*.

II – O vaqueano Capistrano de Abreu e o sertanejo Varnhagen

É o próprio Capistrano um dos autores a identificar a presença do sertão na obra de Varnhagen. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1899, intitulado “Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil”, que seria reproduzido mais tarde no livro do mesmo nome²⁴, ele observa que para Varnhagen uma das causas do rápido devassamento dos sertões era o fato de as caatingas se despirem anualmente de suas folhas. Teodoro Sampaio afirmava quase o contrário, ao apontar como o “terror da caatinga” o “desnorreamento infalível” pela multiplicidade de veredas. O cearense no entanto deu razão ao sorocabano, ao afirmar que a caatinga permite sempre a vista do céu e a sua orientação por ele, e que “os obstáculos [...] resolvem-se com um facão ou uma foice ou a fogo”²⁵.

Essa diferença de opiniões entre dois historiadores engenheiros de formação, no caso Varnhagen e Teodoro Sampaio, intermediados por um historiador autodidata, Capistrano de Abreu, permite lançar luz sobre uma questão interessantíssima: o grau de conhecimento que eles tinham dos sertões. Tanto Varnhagen quanto Teodoro Sampaio conheciam o sertão de que tratavam, pois o visitaram e por ele viajaram. Capistrano não viajou tanto como os dois, e conhecia o sertão mais a partir dos documentos, dos livros e dos relatos. Mas essa característica não lhe era exclusiva, já que o próprio Euclides da Cunha, autor de *Os sertões*,

²³ MATTOS, Ilmar Rohloff de, Capítulos de Capistrano.

²⁴ ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos.

²⁵ Idem.

escrevera a sua obra prima a partir mais de documentação coligida do que de experiência vivida. O conhecimento direto do sertão que ele possuía era bastante limitado.

Mas voltemos à comparação predominante neste ensaio, à de Varnhagen com Capistrano de Abreu, e desta feita na condição de viajantes.

Capistrano realizou pouquíssimas viagens. Do sítio Columinguba, em Maranguape, no Ceará, onde nasceu, para Fortaleza e de volta para o sítio; de lá para o Recife, de onde retornou depois de dois anos para Maranguape e Fortaleza, e daí para o Rio de Janeiro, onde se fixou definitivamente, e de onde praticamente não saiu mais. Mesmo para estudar idiomas indígenas, eram os índios que vinham até ele, enviados por Pandiá Calógeras e por seu vizinho, Cândido Mariano da Silva Rondon²⁶.

As viagens de Capistrano de Abreu têm mais semelhanças portanto com aquela de Xavier de Maistre, *Voyage autour de ma chambre*. Não implicavam deslocamentos físicos. Tratavam-se de viagens de descobrimento de si mesmo e do Brasil²⁷.

Sabia já que o Brasil não era longe dali, e que para descobri-lo tornava-se necessário não tanto dele sair, ir para o exterior, para repensá-lo à distância, como preconizariam os modernistas mais tarde, e sim desbravar o seu interior, revelar sua natureza mais íntima, por meio de muitas viagens, reais ou imaginárias, de modo muito semelhante ao proceder dos românticos. Viagens duras, mas plenas de novidades; viagens que se constituíam em repositório de um conjunto de elementos que suscitavam a um só tempo admiração e temor: viagens maravilhosas!²⁸

Viagens portanto mais imaginárias que físicas, que lhe proporcionava o estudo da História do Brasil, que lhe faziam entrar em uma “selva escura” ou em um “matagal ínvio”, sem sair do seu gabinete de trabalho. Era nesse sentido figurado que Capistrano se definia como um vaqueano, cujos “conhecimentos práticos lhe permitiam trilhar caminhos antigos, pouco ou nada explorados, no terreno da historiografia e da linguística indígena”²⁹.

Já com Varnhagen o caso era diferente. O visconde de Porto Seguro era o viajante por definição. Estava sempre em movimento, inclusive pela sua condição profissional de diplomata: de um país para outro, de um arquivo para outro. Nesse último caso, ao contrário de Capistrano, que conseguia a maravilhosa façanha de identificar e publicar vários manuscritos originários de arquivos europeus sem sair do Brasil, pois se utilizava de sua

²⁶ GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante, p. 34.

²⁷ Idem, p. 30.

²⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de, Capítulos de Capistrano.

²⁹ GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante, p. 22.

extensa rede de contatos, era o historiador paulista que ia até os arquivos. Se os documentos vinham até Capistrano, no caso de Varnhagen era ele que os perseguia pessoalmente.

Ao viajar, ao cruzar fronteiras, ele via a História. Mas sempre teve “a visão distante de alguém que passou praticamente toda sua vida fora do país”, diz seu biógrafo Temístocles Cezar³⁰. A exemplo de Heródoto e dos românticos, ele estava convencido de que a viagem era um instrumento de conhecimento e de saber, que podia em alguns casos compensar a falta de documentos acessíveis e confiáveis³¹.

Sendo assim, ademais de diversas viagens de estudo e de consulta a arquivos no seu primeiro período europeu como diplomata, o sorocabano fez questão de realizar diversas viagens pelos cenários das obras históricas que resgatava do esquecimento e publicava. Assim, durante sua viagem do Rio de Janeiro a Montevideu, de onde iria para Assunção para ali ser o representante diplomático brasileiro, aproveitou para seguir parcialmente o itinerário de Pero Lopes de Souza, de 1530, que ele publicara em 1839, para confirmar detalhes do relato; em 1861, durante sua transferência para a Venezuela, aproveitou para, na Bahia, visitar Cachoeira e Santo Amaro, e para percorrer o caminho por terra entre o São Francisco e a capital da Bahia, desta vez na companhia de Gabriel Soares de Souza. Também fez questão de conhecer os montes Guararapes pois, como observou Oliveira Lima, Varnhagen não se limitava a informar-se de quanto existia publicado e inédito sobre um determinado tema, mas se lançava também a “indagações locais, topográficas, para uma mais apurada percepção e explanação dos fatos”.

Foi assim que visitou os montes Guararapes e percorreu os pontos mais notáveis da prolongada luta com os holandeses, que seguiu no encalço dos bandeirantes até os frescos planaltos de Goiás e os abafados pantanais de Mato Grosso; não ia como Chateaubriand à Palestina e a Granada em busca da sensação aguda do extinto, nem como Flaubert ao Egito em sôfrega busca da cor local, mas como um sisudo cronista militar e político em procura da compreensão completa do terreno, para mais exata reconstituição das cenas da guerra e das aventuras colonizadoras³².

E, na volta de sua última viagem ao Brasil, antes de retornar a Viena, passou novamente pela Bahia, para visitar Ilhéus e Porto Seguro.

Dediquemos mais atenção a esta última viagem de Varnhagen, pois foi nela e por meio dela que se apresentou com mais força a sua condição de sertanejo. Francisco Adolfo de

³⁰ CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. Topoi, vol. 3. No. se, Rio de Janeiro, JUL/DEZ 2007, p. 159-207, p. 159.

³¹ Idem, p. 172 e 186.

³² LIMA, Manuel de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, p. 193 e 194.

Varnhagen era natural de Sorocaba, povoado surgido no século XVII como ponto de aglutinação rarefeita dos povoadores embrenhados no sertão da capitania de São Vicente. Ao ser apresentado pelo pai ao duque de Bragança, em Portugal, este, ex-imperador do Brasil, reparou na sua elevada estatura, ajuntando “que era do sangue paulista”, na verdade mistura de sangue alemão com sangue sertanista, precisou Oliveira Lima³³ Varnhagen era, nesse sentido, um sertanejo, pois havia nascido no sertão, tanto quanto Capistrano de Abreu. Mas, talvez mais do que este último, era também um sertanejo na outra acepção do conceito, o de ser um prático nas coisas do sertão, prática esta adquirida justamente nas viagens que fez ao interior, ao “saber da experiência feito” de que falava Camões, que estava mais presente no paulista do que no cearense. Aqui se podem aplicar ao sorocabano aqueles outros versos de Camões, que estão no fim de *Os Lusíadas*:

A disciplina militar prestante,
Não se aprende, Senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando,
Senão vendo, tratando e pelejando.

Não há dúvida de que Varnhagen, dos intelectuais brasileiros do século XIX, foi um dos que mais “viu, tratou e pelejou”. E ele “viu, tratou e pelejou” sobretudo na sua derradeira viagem ao Brasil, e pelo Brasil, a qual teve consequências fatais para a sua saúde.

Com efeito, após sua promoção a Ministro Plenipotenciário em Viena, ele realizou, em 1877, esta viagem de estudo ao Brasil, em que percorreu o interior das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia. Visava verificar *in locu* suas deduções de homem de gabinete; e para tanto licenciou-se do cargo em Viena e “realizou às próprias custas uma penosa excursão a cavalo até a província de Goiás, passando por São Paulo, Minas Gerais e Bahia³⁴, tendo percorrido antigas estradas e trilhas abertas pelos bandeirantes.

A viagem, conquanto aparentemente feita às suas custas, teve também caráter oficial, sendo registrada em documento de 14/6/1877, no qual o ministro da Agricultura, Tomás Coelho de Andrade, encarregou o visconde de Porto Seguro de procurar e indicar as regiões favoráveis à implantação de colônias de imigrantes.

A travessia se iniciou portanto na segunda quinzena de junho de 1877. Não se conhece ao certo o seu roteiro, pois o sorocabano não chegou a publicar o diário respectivo, mas

³³ Idem, p. 189.

³⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Pioneiro da integração nacional: Francisco Adolfo de Varnhagen. Texto apresentado no Seminário Processo da Independência: a conquista dos sertões, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do DF (IHG-DF) em 3/6/2022.

sabe-se que, a partir do Rio de Janeiro, passou em três pontos: primeiro a cidade de Franca, em São Paulo, depois a de Uberaba, em Minas Gerais, de onde partiu em lombo de mula para a vila Formosa da Imperatriz, atual Formosa, em Goiás.

Meses depois, tendo voltado para Viena, e possivelmente por causas ligadas às fadigas da viagem, Varnhagen faleceu, sem dar à luz o diário da sua última viagem, mas tendo tempo de publicar, entretanto, um opúsculo sobre a *Questão da capital: marítima ou interior*, sua última obra impressa em vida. Trata-se de certa forma da continuação do seu *Memorial orgânico*, publicado em 1849, em que defende, entre outras, a tese da mudança da capital para o sertão.

É a partir da leitura dessas duas obras, precedidas pela análise mais abrangente do tema na *História Geral do Brasil*, que vamos estudar, a seguir, o sertão, ou melhor dizendo, os sertões, na obra do Heródoto brasileiro, Varnhagen.

III – Os sertões na obra de Varnhagen

O visconde de Porto Seguro nos legou uma extensa e variada obra, dentre a qual se destaca a *História Geral do Brasil*, “contribuição rara que contrastava com a escassa historiografia nacional da época”, nas palavras de Lúcia Paschoal Guimarães. Segundo esta autora, o ponto alto do estudo da defesa e preservação e integridade da América portuguesa está no exame das invasões holandesas, “em sete alentados capítulos, enriquecidos por um brilhante trabalho de crítica de fontes”³⁵.

Após a análise desse período, a *História Geral* “perde o fôlego” e Varnhagen apressa o passo da narrativa ao adentrar o século XVIII. Mas Lúcia Paschoal ressalva que “em alguns momentos” a *História* recobra o ritmo original, “como, por exemplo, quando descreve a vertigem que tomou conta da Colônia ao se espalharem as notícias das minas nas Gerais, movimento que esvaziou as cidades do litoral, roubou braços da agricultura e atraiu toda sorte de gente para os sertões do Brasil”³⁶.

O que se pretende mostrar a partir de agora é que, conquanto não tenha dedicado um capítulo específico ao sertão, como Capistrano de Abreu faria anos depois nos seus *Capítulos de História Colonial*, nem por isso Varnhagen deixou de tratar do tema ao longo dos cinco

³⁵ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil, p. 79 e 87.

³⁶ Idem, p. 89.

volumes de sua obra máxima. Ao contrário, ele se preocupou com o sertão e com o sertanejo nas várias acepções desses termos, em diversas passagens do livro³⁷.

É assim que, no primeiro volume, na “Descrição geral”, que inicia a obra, ele se refere aos “páramos dos sertões”, onde o clima é temperadíssimo, “e com menores rigores de frio e calor que o dos países cuja bondade de ares é proverbial” (HGB I, p. 15).

Nas páginas seguintes, fala de outros termos sinônimos ou relacionados ao sertão: capoeira, capões, carrasquento, caatinga, matos virgens, campos virgens (HGB I, p. 16 e 17) e faz a comparação clássica e recorrente nos estudos sobre o tema, a do sertão, ou da floresta, com a imensidade do oceano (HGB I, p. 16).

Mais adiante, à página 24, refere-se aos “mais afastados sertões, onde nascem vários afluentes do Prata” e até onde ia a unidade de raça e de língua indígenas, desde Pernambuco até o Porto dos Patos” (HGB I, p. 24).

Na página 87, citando a *Relação da Gazeta*, menciona a “existência pelos sertões de muita prata, ouro e cobre”. Mais adiante, à página 130, reflete de certa forma sobre um dos seus projetos mais marcantes, o da mudança da capital para os sertões, ao mencionar uma “povoação sertaneja” a ser construída por Martim Afonso de Souza, que servisse tanto contra “qualquer tentativa de inimigo marítimo”, quanto de “guarda avançada para as futuras conquistas da civilização”.

Na mesma página descreve a situação privilegiada do terreno para a expansão sertanista, como depois Capistrano faria: “de São Vicente para o interior, a mais de três léguas, se levanta o continente, apresentando ao mar um paredão, em forma de serra” (HGB I, p. 130). E mais adiante: “desde aqueles cimos elevadíssimos, as águas baixam com o terreno para o interior [...] pois este se reduz na essência a uma extensa chapa ou chapada, que para o sertão se ramifica em vários sentidos até mui longe”.

Já na página 146, Varnhagen se refere ao sertão como terra remota, inatingível, ao tratar dos que queriam ser donatários, que se não contentavam “sem a ideia do domínio de muita terra, embora inútil, e sobre que nem sequer poderiam saciar com os olhos, mas só com a imaginação, sua cobiça, quando na maior parte eram de sertão, onde não poderiam ir, nem foram” (HGB I, p. 146).

³⁷As referências e citações a partir de agora têm por base a oitava edição da História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal, no caso do tomo primeiro, e da sétima edição, no caso dos quatro outros tomos, publicadas pela Melhoramentos.

Na página 214, apesar de sua alegada antipatia pelos indígenas, reconhecia que o colono caçador muito teve que apreender “com o bárbaro, não só para saber andar nos matos, como para conhecer muitas indústrias especiais da mesma caça [...] Assim forçoso nos é reconhecer que a nova indústria se deixou absorver judiciosamente pela dos índios”. Mais adiante aponta as influências indígenas no uso da rede e na frequência dos banhos, e afirma que um dos elementos que mais aqui concorreram para a fusão “das nacionalidades tupi e portuguesa foi a mulher”, no que antecipa a muitos autores do século XX, a começar por Gilberto Freyre.

Na página 215 refere-se aos “índios indômitos do sertão”, e mais adiante critica a catequese religiosa desses mesmos índios, causa pela qual “ainda restam tantos [índios] nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade” (HGB I, p. 220). A esse respeito, não posso deixar de mencionar o comentário de Capistrano de Abreu no Necrológio que lhe dedicou:

quem comparar o Estado de São Paulo com a calma podre daquele cemitério de um povo que se chama Paraguai; quem não esquecer que nesses dois lugares funcionaram o sistema que ele defende e o que combate, hesitará certamente antes de condenar o historiador³⁸.

Na página 221, Varnhagen refere-se às tropas “que hão de ir ao sertão” para promover a “quietação e paz, e depois uma grande conversão de almas”. Mais adiante, menciona os contatos dos colonos com os índios da proximidade, e com aqueles mais distantes, em relação aos quais empreenderam, por mar e terra adentro, relações de tráfico e de resgate, às quais se devem o conhecimento não só de toda a costa, “como dos próprios sertões, que devassavam em pequenas tropas chamadas bandeiras”. As colonizações de Sergipe, Alagoas, Paraíba ao Ceará e das províncias do sertão foram precedidas de tais expedições, cujo objeto principal era resgatar escravos, mas que não deixavam de ser exploradoras (HGB I, p. 221).

Mais adiante, nas páginas 245 e 246, citando Nóbrega, refere-se a Pernambuco, onde “o sertão [...] está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio”. Na página 260, refere-se ao sertão como repositório das minas de ouro, como informado por uma “partida de gentios” que arribara dali. E na página 261 comenta sobre o que se esperava encontrar no sertão. Com efeito, Varnhagen observa que as notícias, “acompanhadas de tantos sinais, bem que exagerados pela

³⁸ ABREU, João Capistrano de. Sobre o Visconde de Porto Seguro, p. 89.

imaginação do povo”, de riquezas no sertão, eram bem fundadas, até pela convicção de que “a terra do Brasil e a do Peru eram a mesma”, como afirmava o primeiro governador geral, Tomé de Souza (HGB I, p. 261). Este motivo seria aprofundado em 1901, por Teodoro Sampaio, em artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, intitulado “O sertão antes da conquista”, em que este autor comenta que o sertão, ainda desconhecido e envolvido numa obscuridade misteriosa e cheia de encantamentos, que alimentava a imaginação e a credulidade dos homens da beira mar, era motivo de crença e de certeza nos tesouros escondidos no seu seio; o que havia era inércia ou incapacidade da parte da gente do litoral³⁹.

Na mesma página, Varnhagen observa que o fracasso das expedições exploradoras do século XVI foi positivo, “pois a descoberta de minas no sertão, quando ainda existia tão pouca gente na costa, a teria deixado deserta, e dela se haveriam talvez apoderado os franceses”.

Conquanto em bem menor número, as referências ao sertão continuam no volume II da obra. Na página 16, sobre a vila de São Jorge, na capitania de Ilhéus, menciona que “para cada lado da vila, os habitantes não se estendiam mais de duas ou três léguas, pela ourela da costa, e apenas meia légua para o sertão” (HGB II, p. 16).

Já na página 36, menciona “uma data de sete léguas para o sertão e cinco à beira mar”. Na página seguinte, 37, refere-se ao “itinerário do descobrimento de várias minas nos sertões”, percorrido por Gabriel Soares de Souza. Já na página 52, trata da nomeação de André de Leão “para penetrar com uma partida de tropa, no sertão, em busca de minas de prata”.

Na mesma página, observa:

a questão mais espinhosa em São Paulo, como em todo o Brasil, não era a das minas [...] era a dos índios, aos quais os religiosos da Companhia tanto queriam amparar, que chegava a ser impossível a nenhum morador, exceto aos mesmos religiosos, o valer-se do serviço deles [...] Os moradores de São Paulo [...] necessitados de braços para a agricultura e a lavra das minas [...] assentaram de valer-se de outro meio, aliás menos vil do que este último [o tráfico de escravos negros] por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas. Organizaram-se em bandeiras, e começaram a ir prender índios bravos muito longe, e fora da jurisdição dos padres. Fizeram bem?...(HGB II, p. 52).

³⁹ SAMPAIO, Teodoro. O sertão antes da conquista (século XVII). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume V – 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diario Oficial, 1901, p. 79-94, p. 79 e 81.

Anos mais tarde Capistrano de Abreu retomaria essa questão: “compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”, referindo-se aos massacres praticados por estes últimos⁴⁰.

Nas páginas 314 e 315 descreve a jornada de Luís Barbalho pelos sertões do que seria o Nordeste, entre o Rio Grande do Norte e a Bahia, elidindo a presença holandesa no litoral, ocasião na qual Felipe Camarão se havia retirado com suas tropas “pelos matos e sertões” das margens do rio Una, na capitania de Pernambuco (HGB II, p. 315).

No volume III da *História geral do Brasil* Varnhagen observa que

o Brasil havia ganhado muito com a guerra holandesa, e não só nas capitanias do Norte, onde a população entrou em contato com indivíduos de uma nação mais ativa e industriosa, mas também mas no Sul, com as invasões contra os selvagens [...] Durante a guerra foram devassados, acaso pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira [...] Muitos caminhos apenas trilhados eram aplanados para darem lugar à passagem de tropas; alguns rios ficaram acessíveis à navegação... (HGB II, p. 98).

Na página 227 constata que, independente das minas de ouro e diamantes, “os sertões se devassavam agora prodigiosamente, para o que contribuiria muito, além do fato de serem eles mais serrados (cerrados?), que se despem de folhas, do que de matos virgens, a extensão navegável do rio de São Francisco [...] e a curta distância das cabeceiras setentrionais do Parnaíba às meridionais do Tocantins. Antecipa aqui mais uma vez a Capistrano, como visto antes. Na mesma página comenta que, nos tempos da invasão holandesa, eram frequentemente devassadas as margens do São Francisco muito acima da cachoeira de Paulo Afonso, e por aí se havia estabelecido até a comunicação dos campanhistas de André Vidal de Negreiros e outros com a Bahia, “razão, sem dúvida, por que ainda hoje a província de Pernambuco se estira por esse lado tanto para o sertão, pela margem esquerda do dito rio acima” (HGB III, p. 227).

E na página seguinte, 228, refere-se a dois importantes personagens da ocupação dos sertões brasileiros, Domingos Afonso, “chamado por antonomásia o Certão, apelido que ele próprio chegou a adotar”, e Francisco Dias d’Ávila, “antigo sertanejo”. Na mesma página refere-se aos “sertões do Maranhão”.

No tomo IV da *História Geral*, na página 95, Varnhagen refere-se aos descobrimentos de “algumas outras faisqueiras nos sertões de Iguape e Paranaguá”, na capitania de São

⁴⁰ ABREU, J. Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil, 1988, p. 146.

Vicente. Na página 96, comenta o “empenho dos paulistas em formarem bandeiras para empreenderem expedições pelos sertões em busca de índios; e provavelmente, quando mais pensavam em minas [...] porém, não sabendo beneficiá-las, não os estimulavam elas a deixarem o negócio de lucro certo em que andavam”. Outra antecipação de Varnhagen, desta feita com relação à moderna historiografia, sobretudo a paulista, que busca despir os bandeirantes da aparência gloriosa de que a historiografia do São Paulo da I República os cobriu, dando-lhes uma feição mais terra à terra. E mais adiante: “A metrópole adotara como sistema o dirigir-se, por meio de cartas régias, aos principais sertanejos” (HGB IV, p. 95 e 96).

Já na página 97 esclarece que o filho e o neto de Lourenço Castanho Taques, um dos descobridores de minas no distrito de Cataguás, “não consta que hajam sido sertanejos”. Mais adiante, Varnhagen utiliza a expressão sertanejos talvez com outro sentido: “recomendando-o (dom Rodrigo de Castel-Branco) [...] “a vários sertanejos influentes (HGB IV, p. 97).

E na página 204, refere-se ao sertão do Vice-Reinado do Prata, ao informar que Cevallos havia enviado soldados luso-brasileiros em caravanas para Mendoza, “obra de duzentas léguas pelo sertão”. (HGB IV, p. 204).

No último volume da História Geral do Brasil, o quinto, continuam as menções ao sertão. Na página 16, por exemplo, o visconde de Porto Seguro refere-se a Manuel de Arruda Câmara, que se havia entranhado “nas matas de Pernambuco”, onde estudara e descrevera “magistralmente mais de cem plantas”; a José de Sá Bittencourt, que havia percorrido os “bosques, mimosos, agrestes e catandubas dos sertões da Bahia”; e a José Vieira Couto, que percorria, ao mesmo tempo, como mineralogista, “os mais longínguos sertões de Minas” (HGB V, p. 16).

Já na página 22, informa sobre o alvará que mandou “regular os correios do sertão” e na página 71, referindo-se ao Ceará, destaca a sua produção de “carne seca, chamada do sertão”. Na página 73 menciona a fala do bispo Azeredo Coutinho, comunicando a “nova estrada geral de comunicação desde os sertões de Pernambuco até aquela praça pela parte do sul, para por ela se conduzirem os gados e transportarem os víveres...”.

Varnhagen conclui o capítulo relativo à Revolução de 1817 com uma menção ao sertão, mesmo que indireta, por meio de “certa ocorrência” no monte Rodeador, e “que não deixará no futuro de prestar fértil e curioso assunto à imaginação dos poetas e romancistas” (HGB V, p. 179). Tratava-se do movimento sebastianista da serra do Rodeador, mais tarde continuado na Pedra Bonita, ambos no sertão da província de Pernambuco, eventos que

inspirariam autores como Tristão de Araripe, José Lins do Rêgo e Ariano Suassuna, como bem previra o visconde de Porto Seguro.

Na página 228, Varnhagen menciona a mudança da capital para o sertão: “um dos grandes projetos que desenvolveu e sustentou o *Correio Brasiliense* foi o da mudança da capital para o sertão, concebido, se pode dizer, pelos patriotas da Conjuração Mineira de 1789, e que (sem o menor prejuízo do Rio de Janeiro, que até mais ganhará quanto mais se promoverem e civilizarem os sertões, de que é o empório), tem de realizar-se, mais dia menos dia”. E nas páginas 229 e 230, aponta as vantagens da capital no sertão.

* * *

Este último tema tratado na *História Geral do Brasil* é justamente o que levou Varnhagen ao seu maior e mais intenso contato, tanto do ponto de vista intelectual quanto do físico, com os sertões: o da mudança da capital, que ele tratou em dois momentos de sua longa carreira: primeiro em 1849, ainda sem conhecer o terreno, o sertão de Goiás, e depois em 1877, quase trinta anos depois, após a viagem àqueles sertões, que seria também a sua derradeira aventura, o seu canto de cisne intelectual.

Escreveu duas obras sobre o tema que se transformou em obsessão geopolítica sua. O primeiro deles, o *Memorial Orgânico*, foi publicado em 1849. Segundo Arno Wehling, trata-se de um pequeno livro que “apresenta uma proposta para o Brasil da sua época, a partir de perspectivas sobretudo geopolíticas e econômicas”.

Injustamente esquecida, talvez por sua caudalosa e sem dúvida mais importante obra historiográfica, ou porque vários de seus conceitos se tornaram datados, ela entretanto retrata com bastante fidelidade uma concepção influente na condução do país por muito tempo e a *Weltaanschauung* de parte de sua elite⁴¹.

No *Memorial* Varnhagen inventaria de forma metódica os principais problemas brasileiros, que afetavam a modernização do país, tratando tanto dos seus aspectos geopolíticos e econômicos quanto dos sociais, como a questão dos indígenas e dos imigrantes. “Este extenso diagnóstico serve de mote para a sugestão de medidas de grande alcance, cujo

⁴¹ WEHLING, Arno. VARNHAGEN – História, diplomacia e um projeto para o Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Brasília: FUNAG, 2016, p.19-99, p. 49.

objetivo era fortalecer o Império brasileiro, inclusive com a proposta de uma nova divisão territorial e a mudança da capital para o interior”⁴².

É dessa forma que dois grandes especialistas no visconde de Porto Seguro, Lucia Paschoal Guimarães e Arno Wehling, resumem a importância do *Memorial Orgânico*. Passemos ao texto propriamente dito.⁴³

Um dos temas candentes do pequeno livro é o do correto aproveitamento do imenso território brasileiro, no sentido sobretudo do aumento da civilização e do progresso. Para Varnhagen, não adiantava uma natureza tão fecunda quanto a nossa, se não fosse aproveitada. “Porventura”, pergunta ele, “a natureza portentosa do Brasil já não era a mesma da época do descobrimento? E que era o Brasil com seus indígenas? O mesmo que seria daqui a três séculos se desde hoje nos votássemos todos ao abandono” (M.O., p. 108).

Aqui entra em campo a questão da mão-de-obra. Para o sorocabano, a “escravatura dos africanos torna o país escravo de si próprio”, sob o risco de ser convertido numa “catinguenta Guiné” (M.O, p. 120). A solução seria incrementar a colonização por imigrantes europeus e, a mais curto prazo, cessar a importação de escravos africanos e incentivar o que se chamava à época a “civilização dos índios”, ou seja, o seu melhor aproveitamento como mão de obra. Com efeito, para Varnhagen, ou os índios eram cidadãos brasileiros ou não eram; “para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando com as orelhas e beiços furados”. Se não eram cidadãos, continua, “não pode a lei – o direito civil – ver neles mais que uma gente estranha ao pacto social, que abusa da piedade que com eles se tem, não só para estarem nos matos e impossibilitarem que estes se trabalhem e se cultivem, mas até para darem assaltadas cruéis às nossas fazendas suas vizinhas”, como acontecia nos sertões do Piauí e do Maranhão (M.O, p. 165 e 166).

A presença dos índios bravos prejudicava assim várias das condições para o desenvolvimento dos sertões brasileiros, como por exemplo as melhores comunicações interiores. Nesse sentido, segundo Arno Wehling,

partindo do argumento tradicional, que defendia a escravidão como “às vezes lícita” a partir do Evangelho e de alguns autores, Varnhagen criticava o domínio da opinião no assunto por Voltaire e Rousseau, defendendo a escravização dos “índios bravos” do interior em lugar dos africanos, inclusive como estratégia para facilitar a miscigenação e atingir a homogeneidade de cor da população brasileira, àquela altura um de seus desideratos. A argumentação romântica que dava os indígenas

⁴² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Pioneiro da integração nacional: Francisco Adolfo de Varnhagen.

⁴³ As referências e citações a seguir têm por base a edição do *Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão em Brasília, em 2016.

como primitivos habitantes esbulhados de seus direitos, Varnhagen contrapunha aos “filotapuias” o direito de conquista, tema que reapareceria na *História Geral do Brasil*, isto é, “o primeiro direito de todas as nações”, como ocorrera, lembra, com Afonso Henriques em Portugal. Finalmente, o argumento constitucional: considerando que a Constituição de 1824 atribuía aos indígenas incapacidade moral, que os “índios bravos” não eram cidadãos e não cumpriam as leis, seguia-se que estavam fora do pacto social e, portanto, deveriam ser dominados por um esforço civilizador do Império⁴⁴.

Não seria “ingratidão” forçar a “civilização” dos índios, mas papel do cidadão brasileiro habitar os sertões e trazer a mencionada civilização a todos os seus recantos, mesmo que forçando os seus habitantes a uma espécie de escravidão no lugar do negro. O seu raciocínio era puramente econômico e pragmático⁴⁵.

Não podemos, no entanto, acusá-lo de inabalável escravocrata. Sujeição dos índios era para ele equivalente a redução na importação dos africanos, cuja emancipação lenta e gradual acabou por advogar com animação, após ter pretendido substituir a servidão indígena à escravidão negra. Para combater o seu desprezo fundamental pelas raças inferiores atuava o fermento da sua fé, visto haver ele sido um crente num meio em que o voltairianismo estava na moda, assim como se revelou um conservador esclarecido e adiantado num tempo em que o epíteto de liberal andava comumente atribuído aos que afixavam ideias revolucionárias. A sua ascendência era assaz fidalga para permitir-lhe esta postura meio reacionária; a sua natureza assaz ativa para dispensá-lo de cortejar uma fácil popularidade, baseada no esquecimento das suas tradições de família e das suas predileções morais⁴⁶.

O índio bravo era portanto um empecilho para a civilização, mas também uma figura marginal nesses discursos sobre o sertão⁴⁷. Mas Varnhagen não propunha medidas radicais, como as adotadas nos Estados Unidos, que chegavam ao extermínio, “por mais que aí se diga que só os guerreiam para que se vão retirando pelo faroeste adentro”. Note-se aqui a utilização pelo sorocabano de outro termo que se tem comparado ao sertão, o faroeste. O que ele propunha, na verdade, era a sujeição dos selvagens, a sua educação, mesmo à força e, enfim, a sua tutela, que duraria por alguns anos e faria deles “prestantes cidadãos e bons cristãos”.

Tais são os princípios que desejamos ver aceitos nesta importante questão. Se o não forem, esperamos que a todo o tempo se fará justiça à abnegação com que defendemos uma causa tão pouco simpática. E se não mudarmos de sistema, e daqui a meio século ou mais os índios se acharem como hoje, haverá quem diga em 1900 ou em 2000 que houve alguém que em 1850 apresentou no Brasil uma

⁴⁴ WEHLING, Arno. VARNHAGEN – História, diplomacia e um projeto para o Brasil, p. 64.

⁴⁵ ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Indígenas, Varnhagen e seu Memorial Orgânico: estereótipos sobre indígenas no período imperial. *Expedições. Morrinhos*, 13:33-47, ag.dez. 2012, p. 38; M.O., p. 164.

⁴⁶ LIMA, Manuel de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen. Visconde de Porto Seguro, p. 190.

⁴⁷ STACHUK, Angelica; OLIVEIRA, Oseias de. “Sertão”, indígenas e negros na construção da identidade nacional brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Mneme. Revista de Humanidades. Caicó*, v.19, n. 42, p. 53-77, jan./jul 2018, p. 56.

jurisprudência capaz de produzir resultados. Já basta de pagarmos tão caro e sem nenhuma utilidade todos os ensaios feitos para atrair os tais índios bravos por meios de brandura.(M.O., p. 218).

A sujeição e educação dos indígenas seriam conseguidas por meio do renascimento de um sistema tradicional, o das bandeiras. Varnhagen começa por explicar que, por este sistema, que o governo não fazia mais que tolerar, “conquistou-se todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios, e se deu quase cabo do indômito caiapó”. Esta seria a única solução para o problema, pois as raças bravias, inimigas de morte no passado, o seriam, até os seus últimos descendentes bravios, também no presente. Não havia portanto outro recurso, “para não estarmos séculos à espera que eles queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização”. Mas tal guerra tem de ser de responsabilidade exclusiva dos cidadãos brasileiros, que para ela se ofereçam, “organizando-se em bandeiras ou companhias, com determinado número de seus escravos africanos”. O sorocabano, detalhista, chega mesmo a definir os parâmetros dessas bandeiras: ter pelo menos cem pessoas, ter autorização ou carta de marca devidamente oficializadas, etc. E a recompensa e o retorno para os investimentos de tais cidadãos beneméritos se dariam pela tutoria e protetorado, por 15 anos, sobre os prisioneiros, “obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião etc. etc., com a condição que estes em retribuição os sirvam durante esses quinze anos, devendo para tudo ser legítimo lavrar-se auto perante a municipalidade, ou a competente autoridade departamental”, tal direito podendo ser alienável.

Com este sistema veríamos o país coberto de bandeiras, desenvolvendo-se no seu interior o espírito guerreiro e empreendedor que o civilizou no século passado; e acabaria de uma vez radicalmente o trato africano, segundo nos comprometemos por formais tratados, aos quais já nos querem ir obrigando, com ameaças...(M.O., p. 168 e 169).

Segundo Arno Wehling, o que Varnhagen propunha era ou a experiência paulista colonial ou a do diretório indígena posta em prática pela burocracia pombalina no século XVIII. A questão seria resolvida do ponto de vista jurídico com a adoção do princípio da “tutela forçada”, baseada no fato de os índios serem considerados “fora do pacto social” e portanto suscetíveis ao “direito de conquista”, ou serem considerados como “irmãos mais fracos”, submetendo-os a uma relação de “pais e filhos”⁴⁸.

⁴⁸ WEHLING, Arno. VARNHAGEN – História, diplomacia e um projeto para o Brasil, p. 73 e 74.

Vê-se até aqui que uma das preocupações principais do visconde de Porto Seguro no *Memorial* era com o abandono dos sertões, cuja ocupação de seu “território fertilíssimo” era essencial para que o Brasil se impusesse como nação verdadeiramente independente (M.O, p. 108). Era portanto imprescindível a ocupação dos “vazios” do território brasileiro.

Varnhagen analisa assim o processo de organização territorial do Brasil a partir da assimetria entre um litoral privilegiado, articulado ao comércio externo, e um sertão vazio, e faz uma proposta de reorganização territorial que gira em torno de uma relação mais orgânica entre o sertão e o litoral.

Mas a melhor forma de ocupar e civilizar esses “vazios” dos sertões era para eles transferir a capital do Império. Por vários motivos. Começamos pelos que lhe são exteriores, no caso as desvantagens de se ter uma capital na costa marítima. Com efeito, para o historiador paulista, as vantagens de se ter uma capital “sobre o mar” não compensavam a fraqueza e os comprometimentos que daí poderiam resultar para a nação (M.O, p. 115 e 116). Esta capital não deveria ser um porto de mar, em primeiro lugar, por questão de segurança, como o havia sobejamente demonstrado a conquista do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin nos inícios do século XVIII, e as de Salvador e Olinda pelos holandeses, no século anterior. Outro motivo seria geopolítico: o Rio de Janeiro seria uma boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África portuguesa (M.O, p. 209 e 210). E outro seria a insalubridade: ao passo que o Rio de Janeiro era devastado pela febre amarela, o sertão constituiria um abrigo seguro contra tal moléstia (M.O, p. 207 e 208).

Observe-se, adicionalmente, que no seu projeto de criação de uma capital nos sertões, certamente influenciado pelo *Memorial Orgânico*, o senador pernambucano Holanda Cavalcanti havia afirmado que a permanência da capital no litoral impediria o desenvolvimento da atividade agrícola.

Passemos agora às vantagens da localização da capital nos sertões, segundo o visconde de Porto Seguro. A primeira delas seria a facilitação das comunicações, característica dos governos cujas sedes estão no interior, pois estas são as veias e artérias do Estado, uma capital central distribuindo com mais igualdade, em diferentes raios, sua solicitude. Outra vantagem: quanto mais central a sede do governo, “mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela nenhum inimigo que ousasse invadir o país”; e “qualquer exigente negociador não se julgaria aí tão forte para ditar condições, como tendo à vista suas esquadras”. Acresce-se a isso que a capital, na condição de centro do luxo ou dos artigos que não são de primeira

necessidade, o que a torna a maior consumidora do comércio marítimo, em se localizando nos sertões, possibilitaria a internalização desse tráfico, do que resultariam valores criados em benefício do país. Ademais, “um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior, e em clima já não tropical”, daria margem ao cultivo de produtos que se não cultivam à beira-mar. Nesses chapadões, a população hoje apenas pastoril passaria a ser agricultora e até mesmo industrial.

Sendo, nesses chapadões elevados, os ares mais finos e correspondentes aos da Europa, e legislando-se desde já que na capital e seus arredores não haveria escravidão, estas verdades constariam logo, e afluiria ali espontaneamente muita colonização estrangeira, que hoje não vai ou por desconhecerem tais circunstâncias de clima ou por não se atreverem a internar pelo faroeste, onde não há cônsules nem representantes, numa terra cuja língua desconhecem, ou por preferirem países onde não há escravos...(M.O., p.)

Outra vantagem seria que, em uma posição adequada do interior, poderia o governo atender mais adequadamente a Goiás e Cuiabá, “onde há tanto por criar, e dar providências acerca dos índios, a respeito dos quais muito pouco, ainda mal, se tem falado no Rio de Janeiro”. E uma capital nos sertões propiciaria também o melhor conhecimento do país pelos “pretendentes a negócios de todas as províncias”, que terão que percorrer o império; “e o que gastem na jornada ou na residência da capital, será mais em favor do país do que se gastassem nos vapores, ou numa cidade marítima” (M.O., p. 125 e 126).

Para Varnhagen, a integridade do Império e a unidade nacional não seriam efetivas e duradouras enquanto não houvesse uma grande frequência de relações entre as províncias, o que nunca se faz de maneira satisfatória por mar. Fazia-se necessária, pois, uma estrada imperial para comunicar o norte com o sul do Império, acompanhada de uma linha de telégrafos, bem como outra, uma ferrovia, por meio da qual se daria saída até o mar a todos os produtos da grande e abundante bacia do rio de São Francisco, que é “o estômago do Brasil”. Ambas estradas teriam como ponto de irradiação, desnecessário dizer, a capital sertaneja (M.O., p. 204).

Ou seja, a transferência da capital para os sertões também combateria as rivalidades existentes entre as províncias e desenvolveria o sistema de comunicações, que colocaria a capital interior em contato permanente com todas as províncias do Império.

Mas o Rio de Janeiro, ou qualquer outra cidade do litoral, não seriam prejudicados por tal transferência. Ao contrário. As cidades marítimas, na condição de empório desses sertões, a que se ligariam por estradas e ferrovias, só teriam a crescer com o desenvolvimento do

hinterland (M.O, p. 115 e 116). Por outro lado, poderiam contribuir muito para o desenvolvimento do interior, por disporem em si mesmas de recursos suficientes e bastante gente instruída e civilizada, o que lhes propiciava certa independência do governo central. Ao se transferir para o sertão esses centros de atividade, as cidades marítimas, que eram e seriam sempre o empório de tudo quanto produzisse o sertão, prosperariam. (M.O., p. 144).

Definida a transferência da capital, a questão a seguir seria saber se se deveria aproveitar uma cidade já existente ou construir uma nova. Varnhagen opina que nenhuma das existentes deveria merecer a preferência, pois tinham todas o vício de origem, proveniente de uma riqueza que já não possuíam (M.O., p. 126).

Uma nova capital nos sertões, a ser fundada, “segundo as condições que se requerem a toda a capital de país civilizado hoje em dia”, deveria, para o visconde de Porto Seguro, situar-se onde “se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do São Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância da cidade da Bahia e da de Pernambuco”. Nessa paragem bastante central e elevada, “donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado”, estaria o seu verdadeiro coração; e é aí que se devia fixar a sede do governo.

Mas vamos restringir o território dentro do qual, nessa paragem, haveria que escolher a mais conveniente posição para o assento da cidade. Os seus limites devem ser oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa: deve ser o compreendido no triângulo formado pelos três portos de canoas de cada um deles que mais se aproximem entre si; ou, se se quiser, pelo círculo que passar por esses três pontos. A situação procurada terá sempre que ficar, proximamente, a distância igual dos cinco pontos, Rio, Bahia, cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba.

A preferência deveria recair em uma localidade que satisfizesse às seguintes condições:

1ª) Uma chapada pouco elevada e sem muitas irregularidades na extensão de mais de uma légua quadrada, sendo situada à borda de um rio, que embora já aí não seja navegável, tenha no tempo seco bastante água para lavagens de roupas, banhos, gados etc.

2ª) Deve ser lavada de bons ares, e ter escoante bastante para que seus canos possam sair no rio uma légua abaixo: não deve ter perto pântanos, nem águas encharcadas.

3ª) Será a dita chapada naturalmente defensável, e sem padrastos a alcance da artilharia. Mas a duas ou três léguas convirá que haja montanhas com mananciais que a todo o tempo se possam encanar.

4ª) Sendo possível, preferir-se-á a localidade em que o rio, torneando uma igual chapada, a deixe como em península, ou senão onde o mesmo rio faça uma lagoa; contanto que esta não seja causa de serem os ares menos saudáveis.

5ª) Deve haver a distância razoável, v.g., até 3 léguas, bastante mato, pedra de construção, e sendo possível também calcárea.

6ª) Como a localidade que se deverá preferir tem de estar em 15º a 16º de latitude, convém que fique elevada sobre o mar pelo menos 3000 pés, a fim de que sejam, como na cidade do México, que se acha da banda do norte quase na mesma latitude (19º ½), puros e saudáveis os ares. Esta condição é essencial e aí muito fácil de desempenhar. (M.O., p 127 e 128).

Em resumo, a sede do governo imperial não deveria ser um porto de mar. Deveria tratar-se de alguma paragem bastante no interior, cujas circunstâncias favoráveis possibilitassem o atendimento de certas condições climáticas, bem como possibilitasse a comunicação, no intervalo de horas, com o porto mais próximo do litoral, por caminho de ferro, e que levasse às províncias do sertão a maior soma possível de capitais produtivos, os quais reverteriam também em favor das cidades marítimas, “já recebendo dali gêneros de consumo ou de exportação, já lhe enviando os gêneros ultramarinos, que elas mais ricas e mais povoadas consumirão em muito maior quantidade”. E Varnhagen constatava:

como as cidades vizinhas ao mar se civilizam e criam as necessidades dos cômodos da vida e do luxo, estímulo da riqueza, pela simples frequência dos navios e trato do comércio marítimo, aos longínquos sertões é necessário, para que eles se animem a sair do estado quase natural, levar como tónicos grandes focos de civilização, e não pode haver melhor do que o de assentar aí a própria capital, que em todos os reinos é o centro do luxo. (M.O., p. 123 e 124).

* * *

O tema da mudança da capital para o interior, portanto o tema da melhor ocupação dos sertões e o seu consequente melhoramento, acompanharia Varnhagen desde então, e quase trinta anos depois, em 1877, aos 61 anos, ele realizou o que se pode considerar a sua viagem iniciática pelos sertões, a sua jornada pelo Reno, a exemplo do que fizera o herói mitológico de seus avós germânicos, Siegfried. É claro que antecipada por algumas incursões, como a que fizera aos sertões da Bahia e aos sertões da antiga capitania de São Vicente.

Como tal viagem foi descrita em maior detalhe em passagem anterior deste ensaio, concentrar-nos-emos a partir de agora nos resultados da mesma. O primeiro deles foi um ofício ao ministro da Agricultura, escrito na vila Formosa da Imperatriz, em Goiás, em 28/7/1877, e que vem publicado ao final do seu opúsculo *A Questão da capital: marítima ou interior*, que será visto com mais vagar adiante. Nele, Varnhagen descreve, analisa e apresenta os resultados de sua incursão pela província de Goiás. Começa por uma descrição da região que havia percorrido desde o início da jornada, em terras paulistas, e que era constituída de

chapadões quase sem árvores, de terra vermelha, com pastos de barba de bode, a mais de 900 metros de altitude, que se iniciava antes da cidade de Franca, em São Paulo, abrangia as duas margens do rio das Velhas, afluente do Parnaíba, e compreendia toda a extensão logo abaixo das cabeceiras dos afluentes do rio Quebra-anzol e do mesmo Parnaíba, ao poente das serras da Canastra e da Mata da Corda. E comentava:

os chapadões são por aí de tão pequenas pendentes que, com a introdução neles de alguns arados centrais a vapor, de grande força, de repente se poderiam por ao sol, reunir em montões e logo queimar para estrume, como se faz na Europa, as touceiras do dito capim; quer para depois semear trigos, quer prados artificiais de alfafa, havendo meio de regá-los, quer finalmente de capim gordura, ou meloso, ou qualquer outra das espécies que dão espontâneas em outras paragens do sertão.

Mas, na vasta extensão que acabava de percorrer, havia outra região não menos apropriada para o estabelecimento de colonos europeus, de onde partiam águas para os três maiores rios do Brasil e da América do Sul, o Amazonas, o da Prata e o São Francisco, e que constituía o núcleo das três grandes bacias fluviais do Império: a “bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d’Armas, com chapadões elevados mais de mil e cem metros, sobre o mar”, de clima bom, protegida dos ventos menos frescos e dispondo de fartos mananciais de água.

Esta seria a localização ideal para a nova capital do Império, “como solo fecundo em que tem de vingar e prosperar muito quaisquer sementes que nele se lancem”. Nestes terrenos de campos elevados, de belas pastagens, onde os cafezeiros produziam prodigiosamente, com bosques nos vales e margens dos ribeirões, abundavam os grés brancos e vermelhos, os mármore e, como por todo o sertão, bastante minério de ferro, essenciais para a construção da cidade.

Varnhagen havia, em sua viagem, reconhecido pessoalmente duas das localidades apropriadas para sediar a nova capital, “bastante elevadas, de fácil acesso, bem ventiladas, suaves, escoantes, de belos horizontes e com capacidade suficiente para estender-se e chegar a receber até mais de um milhão de almas”.

Tratava-se a primeira da chapada, também denominada serra da Gordura, a cerca de quatro léguas de Formosa, onde, “a menos de um tiro de fuzil umas das outras, se vêem as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente ao rio de São Francisco pelo Preto; Bandeirinhas, vertente ao Amazonas, pelo Paranã e Tocantins; e Sítio Novo, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná”.

A outra ficava a apenas légua e meia desta última, e lhe era, continua o sorocabano, muito superior: “tanto por ser ainda mais alta, e ventilada e de mais belos horizontes, como pela facilidade de conduzir a ela as águas potáveis, apanhando logo acima as várias águas vertentes à lagoa Formosa e ribeirão do Baú”. Localizava-se no dorso do espigão que forma o paredão da lagoa Formosa ao lado leste, na subida que conduzia à serra do Cocal. Tal localização permitiria o “apanhamento e a fácil condução de águas das ditas vertentes [...] como também a abrigaria completamente dos nortes, que [...] são os ventos menos frescos e menos sadios da América do Sul”.

Ao eventual temor de que, nestas paragens, ocorresse o bócio ou papeira, Varnhagen opunha a

íntima convicção de que a causa de semelhante enfermidade nos chapadões apenas habitados junto às cabeceiras dos córregos ou olhos d’água, não é outra senão a de serem essas águas, em geral junto às nascentes, mui carregadas de certos sais e não convenientemente batidas e arejadas, condições uma e outra que só perdem por meio da distância dos encanamentos feitos com pedra ou tijolo; os quais, se há altura suficiente, se fazem com pequenas cachoeiras ou saltos, e não há, com fundo desigual, onde a água vá saltitando e arejando-se. [...] Ora, nos nossos sertões, o fato das virtudes dos encanamentos distantes se comprova pela própria experiência: pois não adquirem papos os indivíduos que bebem, já nos ribeirões, das mesmas águas que deram aos que delas beberam nas nascentes, especialmente se estas têm lugar em terrenos de certa argila xistosa.

No que se refere às comunicações, poder-se-ia tirar partido dos próprios meios de condução então empregados, desde o extremo da estrada de ferro da província de São Paulo, que chegaria a Casa Branca.

Por onde vão carros de sal, levando às vezes mais de cento e vinte arrobas de peso, e tendo as rodas fixas ao eixo, bem poderão ir caravanas de carroças de quatro rodas como as da Companhia União e Indústria, com toldos, puxada por menos juntas de bois, conduzindo as famílias dos colonos e sendo estes os próprios carroceiros, apeando-se todos os indivíduos nos passos difíceis e trabalhando juntos por arrancar e aplanar qualquer irregularidade causada pela chuva precedente.

Concluindo o ofício, Varnhagen comenta que uma paragem como aquela, que, “pela bondade de seu clima e sua fertilidade, recomendaria no estrangeiro o Brasil todo, que pela sua posição favoreceria notavelmente o desenvolvimento do comércio interno de todas as províncias, e que (quando viesse a ser a sede do governo) afiançaria nos séculos futuros a segurança e unidade do Império”, era “digna de merecer desde já a devida atenção dos poderes públicos do Estado, fazendo convergir para ela todas as comunicações”.

Como se sabe, infelizmente o diário de tal expedição não chegou até nós, ou pelo menos não foi encontrado até hoje. Mas Varnhagen teve tempo, antes de falecer no ano seguinte, em 26 de junho de 1878, de escrever e publicar em vida o seu último ensaio, *A Questão da Capital: marítima ou interior*, o seu canto de cisne, que foi, como se vê, dedicado ao sertão.

Nessa publicação o visconde de Porto Seguro reproduziu, retomou e ampliou os argumentos e as informações sobre o tema constantes do *Memorial Orgânico*, beneficiados agora com o conhecimento do terreno, com o trabalho de campo, que lhe faltava em 1849.⁴⁹

É assim que confessava que, levado quase unicamente pelo instinto, ao observar o mapa do Brasil, parecia-lhe que a capital estaria muito mais resguardada no centro, “como está no corpo humano o coração”, e não na fronteira marítima, “límitrofe de todas as nações poderosas do globo, representadas por suas esquadras”. O tema o preocupava desde 1839, em carta dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicada no tomo 1 de sua revista, à página 364. Pensara inicialmente em São João d’el Rei mas depois passou a considerar “como verdadeira inspiração o encontrar uma paragem que, a todas as luzes, nos pareceu mais vantajosa (como ainda nos parece depois de a haver visitado)” (Questão, p. 7).

Tal ideia, entretanto, não era nova, e fora antecipada por Hipólito José da Costa, no *Correio Braziliense*, e por José Bonifácio de Andrada e Silva, nos conselhos dados ao primeiro imperador e durante a Constituinte de 1823. E justificava-se por motivos que hoje denominamos geopolíticos, como era o caso, por exemplo, da Espanha, cuja capital sertaneja, Madri, lhe serviu de anteparo contra a reação da “orgulhosa Inglaterra”, afrontada com a expulsão de seu embaixador, o que não teria sucedido se a corte espanhola estivesse em Cádiz ou Barcelona, “sem lá ter mandado a sua esquadra do Mediterrâneo de morrões acesos e portinholas abertas pedir satisfações”.

A Castela do Brasil está no centro de Minas; os ativos habitantes desta importante província infiltram-se desde o coração do império, em que habitam, até às suas últimas extremidades. O mineiro chega ao Pará e ao Rio Grande, tem trato frequente com o Rio e Bahia, domina Goiás e Mato Grosso, estende-se até o Espírito Santo e Piauí, e é a única província do império que espontaneamente se presta a satisfazer a nossa maior necessidade, a de colonizar. (Questão, p. 8).

Para o caso de não se ter fé, nem coragem nem força para se edificar no sertão uma nova capital, “como nossos antepassados, os portugueses, tiveram para construir Bahias,

⁴⁹As referências e citações têm por base a edição de *A Questão da capital: marítima ou no interior?* publicada em Viena em 1877.

Pernambucos e Rios de Janeiro no litoral”, o visconde de Porto Seguro sugeria que, pelo menos, se realizasse, no sertão, a assembleia geral da nação (Questão, p. 9).

Varnhagen invocava em sustentação de sua tese mudancista o senador Holanda Cavalcanti, que levava ao Senado um projeto de lei que chegou até a entrar em discussão, mas sobre o qual logo se pôs uma pedra.

Como filho de Pernambuco, procurara o ilustre senador levar a projetada cidade um pouco mais ao norte do que havíamos proposto sem nenhuma mesquinha contemplação com a nossa província natal; mas em todo caso consignou e defendeu com muitos argumentos a ideia de uma capital interior, no sertão, e asseverou que, por ocasião da independência, circulara a promessa de uma capital no centro do país. (Questão, p. 10).

As convicções de Varnhagen sobre esse tema, durante os 28 anos decorridos desde 1849, longe de arrefecerem, haviam tomado mais corpo, e ele decidiu-se a ver, com seus próprios olhos, se tinha ou não razão em seus “planos e propostas engenhadas sobre o papel, no silêncio do gabinete”. Resolveu então pedir uma licença de seis meses do seu posto em Viena e empreendeu, levando “os competentes instrumentos, incluindo nada menos que três barômetros”,

à custa de quaisquer trabalhos e sacrifícios, enquanto para eles nos sentíamos com forças, uma penosa viagem a cavalo, nada menos que até à província de Goiás, por nossas primitivas estradas, para *de visu* e como antigo engenheiro, reconhecer essa notável paragem que a contemplação e estudo dos melhores mapas nos havia revelado; e ver se ela correspondia perfeitamente às condições de bondade de clima e outras essenciais ao nosso propósito, ou se *bonafide*, nos cumpria a tempo rejeitá-la e buscar outra...

Varnhagen menciona a seguir o seu desejo de publicar, após a conclusão e publicação de sua *História da Independência*, o diário desta viagem, que lhe foi prejudicial à saúde, “com as observações feitas, especialmente com respeito à orografia dos pontos percorridos, na ida e volta; o que tudo apontávamos em cada noite, apesar das fadigas do caminho, e depois de haver andado, desde as 6 da manhã, às vezes oito e nove léguas”. Como se sabe, a *História da Independência* somente viria a ser publicada postumamente, e do diário de viagem não se tem notícia. (Questão, p. 12 e 13).

CONCLUSÃO

Capistrano de Abreu foi o responsável, ao lado de Euclides da Cunha, pela entrada triunfal do sertão no pensamento social brasileiro. Obcecado por uma certa parte dos sertões,

correspondente grosso modo ao norte da bacia do São Francisco, propôs-se ele a escrever uma história sertaneja, que reunisse textos dos séculos XVI e XVII que ajudassem a esclarecer o que para ele era o “nó” da História colonial, o povoamento não só daquela parte do sertão, mas de todos os sertões brasileiros, o que estaria no cerne do próprio processo de Independência.

Isto é o que diz a historiografia brasileira do século XX, para quem a contribuição de Capistrano, “inovadora e original”, contrastava com a dos historiadores do Império como Joaquim Manuel de Macedo e sobretudo Francisco Adolfo de Varnhagen. Mas, paradoxalmente, Varnhagen era o principal interlocutor de Capistrano, que antecipou no sorocabano algumas das suas próprias preocupações historiográficas, como por exemplo as mencionadas acima. Foi a partir dele que foi possível ao cearense “traçar os camiunhos a serem percorridos no imenso sertão”, como afirma Ilma Rohlof de Mattos, ou seja, o seu plano de pesquisas.

O trabalho de Capistrano é, portanto, em certa medida, complementar ao de Varnhagen: o próprio cearense dizia que um dos seus objetivos era preencher as lacunas da obra do paulista, sobretudo da *História Geral do Brasil*. Capistrano é, assim, em certa medida, o continuador de Varnhagen. É o que afirma também Alice Canabrava, não somente por conta de sua formidável erudição, mas também pelo respeito às mesmas técnicas da velha escola histórica alemã⁵⁰.

É interessante observar, nesse sentido, o grau de conhecimento que um e outro possuíam dos sertões. Não só o conhecimento teórico, mas sobretudo o conhecimento prático, que só as viagens proporcionam. Capistrano fez pouquíssimas viagens. As suas eram incursões mais à maneira daquela de Xavier de Maistre, imaginárias, que não implicavam deslocamentos físicos. Era nesse sentido que se autodenominava um vaqueano, capaz de explorar as intrincadas trilhas da historiografia.

Já Varnhagen era o viajante por definição. Não só por sua condição de diplomata, que ia de país a país e de arquivo a arquivo, mas como alguém que considerava as viagens como instrumento de conhecimento e de saber. Se Capistrano se considerava um vaqueano, Varnhagen bem se podia considerar um sertanejo, não só por ser natural do sertão de Sorocaba e descendente de sertanistas e de sertanejos, mas também por ser um prático das coisas do sertão, prática que somente se adquire nas viagens, aquele “saber da experiência feito” de que

⁵⁰ CANABRAVA, A.P. Apontamentos, p. 423.

falava Camões. E isso fica claro sobretudo na sua última viagem de estudos ao Brasil, em que percorreu os sertões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia.

Mas Varnhagen, muito antes disso, já se preocupava com o tema. Conquanto não lhe tenha dedicado um capítulo específico na *História Geral do Brasil*, como Capistrano faria anos depois nos *Capítulos de História Colonial*, tratou dos sertões, ao longo dos cinco volumes, em várias passagens e em vários contextos e acepções. Referiu-se à bondade do clima do sertão; aos seus sinônimos ou termos relacionados, como capoeira, caatinga, matos virgens, agrestes, mimosos, catanduvás. Referiu-se a características que seriam consagradas pelos estudos sobre o sertão: sua comparação com o mar, seu isolamento e distância, suas riquezas, seus habitantes bravios, enfim, o fato de ser uma terra remota e inatingível. Tratou do sertão como sinônimo de interior; tratou dos vários sertões do Brasil: de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Maranhão, de São Vicente, etc. E mencionou até o sertão do vice-reinado do Prata, nesse caso com a conotação clara de interior das terras. Tratou também dos seus termos cognatos, dos sertanejos, tanto no sentido de habitantes do sertão quanto de práticos neles.

Mas foi o tema da mudança da capital que levou o visconde de Porto Seguro ao seu maior e mais intenso contato, tanto do ponto de vista intelectual quanto do físico, com os sertões. Em duas oportunidades, em 1849, sem conhecer o terreno, e em 1877, após conhecê-lo. O assunto o preocupava desde 1839, quando o manifestou em correspondência ao Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, e constituía sua ideia fixa, como confessara em carta ao imperador. Ele admitiu também que não havia sido o primeiro a tratar da mudança, mas foi com efeito o primeiro a se dispor a ir ao sertão para demarcar o melhor lugar para a capital.

Com efeito, Hipólito da Costa havia considerado a possibilidade no seu *Correio Braziliense*, e José Bonifácio, primeiro nas instruções da Junta de São Paulo aos deputados paulistas às Cortes de Lisboa, e depois no âmbito da Constituinte de 1823, havia tratado da conveniência de “uma cidade central para capital, na latitude mais ou menos de 15°, como melhor meio de povoamento do interior e de circulação do comércio interno do vasto império do Brasil”⁵¹. Não se deve esquecer, a respeito desse interesse pelos sertões, a representação feita pelos fluminenses ao então príncipe regente, como reação à determinação das Cortes

⁵¹LIMA, Manuel de Oliveira. O Movimento da Independência: 1821-1822. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, Conselho estadual de Cultura, 1972, p. 106.

portuguesas de que o mesmo deveria retornar para Portugal, afirmando que, ao invés de viajar pelas decaídas cortes europeias,

o príncipe devia de preferência viajar pelo interior do “vastíssimo continente desconhecido na Europa portuguesa, e que os estrangeiros melhor estudavam e descreviam, continente do qual Portugal, dominado por uma cega rotina, “não se dignou em tempo algum entrar em exame, nunca lançou os olhos sobre o seu termômetro político e moral, para conhecer a altura em que estava a opinião pública...”⁵².

Este tema, entre outros, foi tratado por ele no seu *Memorial Orgânico*, de 1849, que procurava fazer um inventário dos principais problemas e apresentar uma proposta para o Brasil de sua época. Nele as preocupações de Varnhagen giravam em torno do correto aproveitamento do território brasileiro, sobretudo dos seus sertões, o que tinha muito a ver com a questão da mão de obra, seja pelo incentivo à imigração europeia, pela repressão ao tráfico negreiro ou pelo estímulo à chamada “civilização dos índios bravos”. Nesse sentido, a presença desses índios prejudicava o desenvolvimento dos sertões e era papel de todo cidadão brasileiro habitar esses sertões e trazer a civilização a todos os seus recantos.

Uma curiosidade: nesse opúsculo Varnhagen utiliza, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, o termo “faroeste”, como sinônimo de sertão, aplicando-o primeiro aos Estados Unidos, na expressão “faroeste adentro”, e depois ao próprio interior brasileiro, ao observar que os estrangeiros não se animavam a internar-se pelo faroeste brasileiro, por aí não haver cônsules e por desconhecerem a língua.

O historiador paulista propõe, em outro trecho, a retomada do sistema das bandeiras, pelo qual se conquistou todo o sertão, como único meio de implementar a tal “civilização dos índios”.

Todas essas propostas giram em torno de sua preocupação com o abandono dos sertões, cuja ocupação e aproveitamento era essencial para que o Brasil se impusesse como nação independente, e da constatação de que a organização territorial brasileira era assimétrica, entre um litoral privilegiado, ligado ao comércio internacional, e os sertões vazios. Fazia-se mister ocupar esses vazios. E a melhor maneira de fazê-lo era transferir para lá a capital do Império.

Uma capital sertaneja teria a enorme vantagem de facilitar as comunicações internas, o que propiciaria uma maior integração nacional. Nesse sentido, aos “longínquos sertões” seria

⁵²Idem, p. 133.

necessário, para saírem do “estado quase natural”, levar para eles grandes focos de civilização, como uma capital imperial.

O paulista demonstra sua preferência pela fundação de uma cidade nova, sem os vícios das antigas, e erguida dentro de determinados critérios, que se situasse na confluência das três grandes bacias do Brasil e da América do Sul, a do São Francisco, a do Paraná/Prata e a do Amazonas.

O tema da melhor ocupação dos sertões acompanhou Varnhagen desde então, por quase trinta anos. Em 1877, aos 61 anos, realizou o que pode ser considerada a sua “viagem iniciática” aos sertões, à busca da melhor localização para a nova capital, que seria a região situada no triângulo formado pelas lagoas Formosa, Feia e Mestre de Armas, em Goiás.

E dedicou ao sertão o seu canto de cisne intelectual, sua última obra publicada em vida, justamente sobre *A Questão da Capital: marítima ou interior*, em que retomava o *Memorial Orgânico*, beneficiando-se agora do conhecimento do terreno. Nesta derradeira publicação, explica, poeticamente, que uma capital sertaneja estaria mais resguardada, “como no corpo o coração”. E faz uma comparação que remete a uma afirmação de um dos maiores cronistas da língua portuguesa, João de Barros, cuja obra ele conhecia sobejamente. Em certa altura, Barros comenta que Portugal se havia lançado à aventura marítima por lhe faltar território europeu, já que todos os sertões pertenciam a Castela. E Varnhagen retoma essa ideia trezentos anos depois, só que em sentido contrário: era necessário agora ao imenso Portugal que era o Brasil, retornar aos sertões castelhanos. E esses sertões castelhanos, no Novo Mundo, estavam situados nas Minas Gerais e suas imediações. Varnhagen aproveita-se mais uma vez para louvar as vantagens de uma capital sertaneja, como Madri, cuja ação se irradiasse por todo o território nacional, como seria também o caso de Minas Gerais.

O visconde de Porto Seguro queria com essa viagem comprovar, pessoalmente, como antigo engenheiro, o que a contemplação e o estudos dos melhores mapas lhe havia revelado. Mas pagou caro por isso. Faleceu cerca de um ano depois, possivelmente por sua saúde ter sido afetada pelas condições difíceis dessa derradeira viagem.

Trata-se efetivamente do seu canto do cisne, dedicado ao sertão.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7ª ed.; ver., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**, volume 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

_____. **Correspondência de Capistrano de Abreu**, volume 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1977.

_____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, João Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1975, p. 81-91.

_____. **O Descobrimento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

_____. Sobre o Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, João Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1975, p. 132-147.

ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Indígenas, Varnhagen e seu Memorial Orgânico: estereótipos sobre indígenas no período imperial. **Expedições**. Morrinhos, 13:33-47, ag.dez. 2012.

CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**, v. 43, n. 88, p. 417-424, 1971.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, vol. 3. no. se, Rio de Janeiro, jul/dez 2007, p. 159-207.

FREITAS, Juliana Rodrigues. **A viagem do visconde: Varnhagen e a capital no interior do Brasil**. Projeto experimental apresentado ao Curso de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação da UNB como componente parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo. Brasília: setembro de 2012.

_____. **A viagem do visconde: Varnhagen e a capital no interior do Brasil**. Reportagem, Retirado da internet.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº59, p.15-36, 2010.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen – História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas. **Introdução ao Brasil 2 – Um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. Pioneiro da integração nacional: Francisco Adolfo de Varnhagen. Texto apresentado no **Seminário Processo da Independência: a conquista dos sertões**, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do DF (IHG-DF) em 3/6/2022.

LIMA, Manuel de Oliveira. Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: RÊGO, André Heráclio do (org.) **Oliveira Lima - Obra Seleta – História**. Recife: CEPE, 2022, p. 178 a 216.

_____. **O Movimento da Independência: 1821-1822**. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, Conselho estadual de Cultura, 1972.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, **Capítulos de Capistrano. Roteiros & Descobrimentos**.



REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. 7ª ed.; ver., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 11-41.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. A questão da capital: marítima ou no interior? Revisitando uma propposta do visconde de Porto Seguro. **Caderno de Pesquisa do CDHIS**. Uberlândia, vol. 32, n. 2, jul/dez 2019, p. 204-227.

SAMPAIO, Teodoro. O sertão antes da conquista (século XVII). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, volume V – 1899-1900. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1901, p. 79-94.

STACHUK, Angelica; OLIVEIRA, Oseias de. “Sertão”, indígenas e negros na construção da identidade nacional brasileira: Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Mneme. Revista de Humanidades**. Caicó, v.19, n. 42, p. 53-77, jan./jul 2018.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo (Visconde de Porto Seguro). **A Questão da capital: marítima ou no interior?** Edição por conta do autor. Vienna d’Áustria: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

_____. **História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo Primeiro (8ª edição). São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

_____. **História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo Segundo (7ª edição integral). São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

_____. **História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo Terceiro (7ª edição integral). São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

_____. **História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo Quarto (7ª edição integral). São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

_____. **História Geral do Brasil – antes da sua separação e independência de Portugal**. Tomo Quinto (7ª edição integral). São Paulo: Edições Melhoramentos, s/d.

_____. **Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)**. Brasília: FUNAG, 2016.

WEHLING, Arno. VARNHAGEN – História, diplomacia e um projeto para o Brasil. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)**. Brasília: FUNAG, 2016, p.19-99.